

DINÂMICA ELEITORAL E RECRUTAMENTO POLÍTICO NO PARANÁ IMPERIAL: UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS “OUTSIDERS” (1854-1889)¹

Alessandro Cavassin Alves²

RESUMO

No século XIX, o sistema eleitoral brasileiro era censitário, masculino e marcado por fraudes e clientelismo. Na Província do Paraná (1854–1889), as disputas entre os partidos Liberal e Conservador eram dominadas por uma elite socioeconômica restrita. Dos 188 deputados provinciais do período, a maioria pertencia a um círculo fechado de famílias tradicionais — como Sá Ribas, Correia e Guimarães —, que mantinham o poder via alianças matrimoniais e sucessão hereditária. Dialogando com a teoria de Norbert Elias sobre “estabelecidos e outsiders”, este trabalho analisa os parlamentares que conquistaram mandatos sem pertencer a essas linhagens dominantes. Entre eles, destacam-se figuras como Beaurepaire Rohan, André Rebouças, José Cleto da Silva, Rocha Pombo, além de médicos, advogados, padres, militares e descendentes de imigrantes, que chegaram ao longo deste período. O objetivo é compreender como viabilizaram suas vitórias e como suas trajetórias destoavam do padrão familiar de recrutamento político. Metodologicamente, a pesquisa utiliza a prosopografia (biografia coletiva), a análise de trajetórias individuais (Daniel Bertaux) e a genealogia (Ricardo Costa de Oliveira). Os resultados indicam que, para serem eleitos, os *outsiders* precisavam aliar-se aos chefes políticos paranaenses. Na Assembleia, eles frequentemente defendiam interesses divergentes dos da classe dirigente tradicional, o que costumava resultar em sua exclusão nas eleições seguintes. Conclui-se que o estudo desses perfis “desviantes” revela uma dinâmica política imperial complexa, que ia além da mera reprodução hereditária, enriquecendo o debate sobre a circulação de elites e a história das instituições paranaenses.

Palavras-chave: Recrutamento Político; Paraná Imperial; Prosopografia; Outsiders; Famílias políticas.

ELECTORAL DYNAMICS AND POLITICAL RECRUITMENT IN IMPERIAL PARANÁ: A STUDY ON THE “OUTSIDER” DEPUTIES (1854-1889)

ABSTRACT

In the 19th century, the Brazilian electoral system was based on property qualifications, was male-dominated, and marked by fraud and clientelism. In the Province of Paraná (1854–1889), the disputes between the Liberal and Conservador parties were dominated by a restricted socioeconomic elite. Of the 188 provincial deputies of the period, the majority belonged to a closed circle of traditional families - such as Sá Ribas, Correia, and Guimarães - who maintained power through marital alliances and hereditary succession. Engaging with Norbert Elias's theory of “established and outsiders” this work analyzes the parliamentarians who won mandates without belonging to these dominant lineages. Among them, figures such as Beaurepaire Rohan, André Rebouças, José Cleto da Silva, Rocha Pombo stand out, as well as doctors, lawyers, priests, military personnel, and descendants of immigrants who arrived throughout this period. The objective is to understand how they achieved their victories and how their trajectories deviated from the family pattern of political recruitment. Methodologically, the research uses

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no 14º Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, 2026.

² Graduação em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela UFPR, professor de Sociologia e técnico pedagógico na SEED-PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4447-1739>. Contato: alessandrocavassin@gmail.com

prosopography (collective biography), the analysis of individual trajectories (Daniel Bertaux), and genealogy (Ricardo Costa de Oliveira). The results indicate that, to be elected, outsiders needed to ally themselves with the political leaders of Paraná. In the Assembly, they frequently defended interests that diverged from those of the traditional ruling class, which usually resulted in their exclusion in subsequent elections. It is concluded that the study of these “deviant” profiles reveals a complex imperial political dynamic that went beyond mere hereditary reproduction, enriching the debate on the circulation of elites and the history of Paraná institutions.

Keywords: Political Recruitment; Imperial Paraná; Prosopography; Outsiders; Political Families.

Introdução

O processo eleitoral no Brasil do século XIX era estruturado sob um sistema censitário, exclusivamente masculino e caracterizado por práticas de fraude e clientelismo. Na Província do Paraná, os partidos Liberal e Conservador protagonizavam disputas acirradas, sob a dinâmica dos Gabinetes do Império, e nas quais o recrutamento político ocorria majoritariamente dentro de uma elite econômica e social restrita, consolidada por laços de parentesco profundos.

O perfil sociopolítico dos deputados provinciais paranaenses no período compreendido entre a instalação da província, em 1853, até o fim do Império, em 1889, refletia essa homogeneidade. Durante esse intervalo, foram identificados 188 parlamentares, cuja maioria pertencia a um círculo fechado de famílias tradicionais, como os Sá Ribas (Curitiba), Correia e Guimarães (Paranaguá), Guimarães, Ribas, Oliveira e Sá (região dos Campos Gerais) e Alves de Araújo (Antonina), que garantiam a manutenção do poder por meio de estratégias de alianças matrimoniais e sucessão hereditária de cargos, neste modelo democrático censitário (Alves, 2015).

Dialogando com a perspectiva teórica sobre a relação entre “estabelecidos e *outsiders*” (Elias e Scotson, 2000), o objetivo central deste trabalho é identificar e analisar os deputados que conquistaram mandatos sem pertencerem ao núcleo dessas linhagens dominantes. Entre esses atores, destacam-se figuras como Henrique de Beaurepaire Rohan, André Rebouças, José Cleto da Silva, José Francisco da Rocha Pombo, além de advogados, médicos, militares, engenheiros, professores, padres, muitos deles vindos de fora do Paraná e, por fim, a chegada dos novos imigrantes europeus, que também possibilitou que indivíduos conseguissem romper a barreira dos “estabelecidos” na política paranaense.

A pesquisa busca compreender como esses indivíduos, aqui chamados de *outsiders*, viabilizaram suas vitórias em um sistema tão fechado e, inclusive, em que medida suas trajetórias destoavam do padrão de recrutamento vigente.

Metodologicamente, a investigação utiliza-se da prosopografia (biografia coletiva), técnica que permite o mapeamento de variáveis como origem geográfica, formação e vínculos associativos de um grupo de parlamentares, neste caso, dos deputados e senadores eleitos no Paraná entre 1853 a 1889. Para aprofundar a análise das trajetórias individuais dentro deste ambiente macro, a pesquisa apoia-se nas contribuições de Daniel Bertaux, especificamente em sua discussão sobre os destinos pessoais e a estrutura de classe, fundamental para compreender como as trajetórias de vida se inserem em contextos sociais mais amplos (Bertaux, 1979). Complementarmente, adota-se a perspectiva de Ricardo Costa de Oliveira, que utiliza a genealogia como metodologia de análise para desvelar as estruturas de desigualdade e a estratificação social que sustentam o poder político familiar (Oliveira, 2011).

Padrão de recrutamento político

No romance *Tess of the d'Urbervilles*, de Thomas Hardy, destaca-se a trajetória de um de seus personagens, Angel Clare, jovem intelectual e marido da protagonista Tess, que imigra para o Brasil no século XIX. Motivado pela propaganda governamental que prometia prosperidade em solo brasileiro, Angel Clare, “súdito da Coroa britânica” estabelece-se na Colônia do Assunguy, ao norte de Curitiba, com o intuito de tornar-se fazendeiro. Enquanto isso, Tess Durbeyfield permanece na Inglaterra enfrentando dificuldades financeiras, o que a torna vulnerável às manipulações de Alec d'Urberville, uma pessoa que assume o sobrenome de uma importante família britânica, mas já extinta em sua nobreza, da qual, provavelmente, Tess fazia parte.

Muitos súditos britânicos nesta região paranaense fracassaram em sua empreitada de colonização, assim como de inúmeras outras etnias. No romance, o personagem Angel Clare teve de retornar à Europa. Trazemos este exemplo, porque o fluxo migratório do período do século XIX revelou-se fundamental para a dinamização da economia paranaense e para a posterior renovação dos quadros políticos e administrativos do estado. Mas, não quer dizer que eles conseguiram adentrar na política facilmente, assim como contribuíram para a dinâmica da ocupação e desenvolvimento econômico paranaense.

Da mesma forma, outras duas parcelas significativas da população paranaense no século XIX, os indígenas e afrodescendentes, não conseguiam acesso neste restrito mundo da política, dentro de um sistema censitário de participação da vida política; eles que igualmente contribuíram para o desenvolvimento e a ocupação deste território.

No período imperial, dos 188 indivíduos eleitos deputados ou senadores no Paraná, apenas alguns deles eram de origem imigrante europeia, não descendentes de Portugal. Foram eles: José Mathias Muller, Emygdio Westphalen, Eugênio Guilherme Virmond e seu irmão Frederico Guilherme Virmond Junior, Luiz Daniel Cleve e Luiz Manoel Agner, que começaram a serem eleitos na década de 1870, mas eram frutos dos primeiros imigrantes, em especial alemães, chegados ao “Paraná” na década de 1820/30 e, pela sua condição econômica favorável, liderança, mas principalmente pelos casamentos que realizaram com mulheres da classe dominante paranaense.

Entre indígenas e afrodescendentes não temos nenhum indivíduo paranaense que conseguir ser eleito, apenas André Rebouças, como se verá adiante.

Portanto, no Paraná, o recrutamento dos políticos tinha de passar pelos líderes partidários e familiares. Inclusive os imigrantes tinham de adentrar em uma família política, geralmente, via casamento, para entrar na política local.

Neste sentido o recrutamento político passava por dois grandes grupos no Paraná, divididos pelos dos partidos políticos do Império, o Conservador e o Liberal. Por vezes, estas famílias acabavam contraindo casamento entre si, intrincando ainda mais a vida política.

Um grupo era formado pelo que chamamos de “quarteto luzia (liberal)” no Paraná composto por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903), Antônio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava, 1808-1896), Manoel Alves de Araujo (1836-1908) e Antônio Alves de Araujo (1833-1888), parentes entre si, e líderes incontestáveis deste partido político, que tinham ainda o apoio de José Lourenço de Sá Ribas (1820-1890) da família Sá Ribas, unindo outro importante clã familiar, com raízes específicas em Curitiba. Ao final da monarquia, por decisão própria, abandonam a política o Dr. Jesuíno Marcondes e Manoel Alves de Araujo, ambos saindo do Paraná, e os demais, por idade avançada ou falecimento, não mais atuaram na política. Este grupo, então, passa a ser liderado pelo Dr. Generoso Marques dos Santos, que terá de enfrentar a força do jovem líder, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, ambos membros das tradicionais famílias paranaenses, quando os dois partidos do Império deveriam se tornar o Partido Republicano.

Outro grupo político familiar era formado pelo que chamamos de “quarteto saquarema (conservador)” no Paraná composto por Manoel Antônio Guimarães (Visconde de Nacar, 1813-1893), Manoel Francisco Correia (Senador Correia, 1831-1905), Manoel Eufrásio Correia (1839-1888) e Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901). Todos parentes entre si. Em Curitiba, propriamente dito, dois líderes conservadores se destacavam, eram eles, Manoel de Oliveira Franco (Brigadeiro Franco, 1814-1875), membro do clã familiar Sá Ribas (há uma divisão na família Sá Ribas em Curitiba, alguns sendo do Partido Liberal e outros do Partido Conservador) e Tertuliano Teixeira de Freitas (1834-1910), baiano, filho do barão de Itaparica, formado em Direito, quando vem para o Paraná, pode ser considerado um político *outsider* no sentido de vir já casado para Curitiba, sendo nomeado para exercer um cargo público, depois incorporando-se nesta cidade na qual não deixou mais, fazendo carreira como professor, cargos públicos, vereador e deputado, sendo um dos líderes do Partido Conservador, mas que por motivos específicos, principalmente referente a questão familiar, estes dois líderes em Curitiba não eram tão coesos como os quatro primeiros da família Correia Guimarães e Leão. E no final do período monárquico, a liderança deste partido foi para Ildefonso Pereira Correia (Barão de Serro Azul, 1845-1894), irmão do senador Correia. Entretanto, o barão de Serro Azul foi assassinado covardemente pelo Governo do Marechal Floriano e de Vicente Machado, sem julgamento, em 20 de maio de 1894, ao final da Revolução Federalista, por motivos políticos. Bem como, a morte prematura do filho do senador Correia, o jovem engenheiro Manoel Francisco Correia Junior, em 1889, possível líder político na república, em decorrência de um acidente de trabalho como engenheiro, em Minas Gerais. Ao final da Monarquia, todos tiveram de integrar, ao menos no início da República, no Partido Republicano.

No período imperial, os políticos paranaenses pertenciam a um destes dois grupos partidários e estavam interligados a estas famílias. Assim, o recrutamento político passava por esta lógica. Porém, algumas exceções aconteciam. Como entender isto frente a esse padrão de recrutamento?

Olhar para a eleição dos deputados provinciais *outsiders*

O que entendemos por deputados *outsiders*? De acordo com Roberta Picussa, o conceito de político *outsider* pode ser considerado um fenômeno multifacetado que não possui uma definição única e consensual na Ciência Política, mas que pode ser sistematizado através de três

características fundamentais. Dimensão Partidária: O candidato concorre por um partido novo (recém-fundado) ou marginal ao sistema partidário tradicional (legendas antigas, mas sem relevância eleitoral histórica); Dimensão Profissional (Experiência): O indivíduo possui pouca ou nenhuma experiência prévia na política profissional ou na alta administração pública, sendo considerado um "forasteiro" ou "estranho" à dinâmica política institucional; e Dimensão Discursiva: O político utiliza uma retórica anti-*establishment*, caracterizada pela crítica exacerbada à classe política tradicional, aos partidos estabelecidos e ao *status quo* (Picussa, 2024).

Para este texto, estamos tomando o termo *outsider* em seu significado literal em língua inglesa que descreve alguém que "não pertence a um determinado lugar ou grupo" sendo, portanto, um forasteiro ou estranho em relação ao grupo político dominante, os "estabelecidos", como observado na pesquisa de Norbert Elias e John Scotson. Para o caso dos políticos paranaenses, o *outsider* seria alguém que conseguiu romper os grupos familiares restritos que compunham o poder local no século XIX. Para isto, buscamos entender que elementos foram necessários mobilizar ou ter para se conseguir vencer a barreira do recrutamento familiar no Paraná?

Vamos a alguns exemplos destes políticos *outsiders*. Na primeira eleição para deputados provinciais, deputado geral e senador pelo Paraná, no ano de 1854, foram vitoriosos apenas políticos ligados aos principais grupos familiares, divididos nos dois únicos partidos políticos deste período histórico, o liberal e o conservador. Porém, no ano de 1855, na Assembleia Legislativa, entra, como suplente, alguém que era de fora do Paraná, o Coronel Borpé.

Henrique Pedro Carlos de Beaupaire-Rohan (1812–1894) foi um engenheiro militar, político e intelectual. Nascido em Sete Pontes, Niterói, Brasil, mas seus pais eram de origem francesa e irlandesa, chegando ao Brasil em 1808, com a comitiva do Príncipe regente D. João; o historiador David Carneiro (1994) escreveu que foram seus padrinhos de batismo "D. Pedro I" (então com 14 anos) e Dona Carlota Joaquina (mãe de D. Pedro e esposa de D. João). Já criança foi direcionado a assentar praça, estudou na Imperial Academia Militar, fazendo carreira como engenheiro militar. Veio para o Paraná a convite do primeiro Presidente da Província, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 1853, iniciando aqui estudos de estradas e de minas e sendo nomeado Secretário de Obras. E, na primeira eleição para a Assembleia Legislativa do Paraná, em 1854, ficou na lista de suplência, pois tinham assumido o cargo de deputado provincial apenas os membros das famílias tradicionais da nova província do Paraná. E por

motivos de falta de alguns destes deputados, no ano de 1855 foram convocados os suplentes, entre eles Beaurepaire-Rohan; neste mesmo ano, também acabou assumindo o cargo de Vice-Presidente desta província, até o ano de 1856, quando foi transferido para Presidente da província do Pará, passando assim a ser um político profissional do Brasil Império. Tanto que em 1864/65 foi companheiro de Ministério do paranaense Dr. Jesuíno Marcondes, na pasta da Guerra, no Rio de Janeiro, no início da Guerra contra o Paraguai. Vem a falecer no período republicano, já como Marechal.

Portanto, Beaurepaire-Rohan era um membro da elite política e intelectual brasileira, que em sua passagem pelo Paraná acabou assumindo cargos políticos, mesmo não tendo uma ligação de parentesco com as famílias locais. Interessante anotar que ele era tio de Gabrielle Herminie de Robert d'Escragnolle, esta casada com o pintor Félix Émile Taunay e mãe do Visconde de Taunay, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, engenheiro, escritor e político, que foi Presidente da Província do Paraná entre 1885-1886. Taunay, em seus discursos como Presidente do Paraná, destacou a administração de seu tio Beaurepaire-Rohan na década de 1850 e, inclusive, lembrando que o chamavam de Sr. Borpé ou Coronel Borpé (Carneiro, 1994, p.91). Talvez, podemos argumentar que, por mais que não ele não seja membro das famílias paranaenses, era um membro da elite política brasileira, inclusive, fazendo parte de um padrão familiar de recrutamento político a nível de Brasil.

Conclui-se que, ser membro da elite brasileira era uma das características que o político deveria ter para escapar do estilo familiar de recrutamento no Paraná.

Foi o mesmo caso do líder político conservador em Curitiba, Tertuliano Teixeira de Freitas, alguém que vem para o Paraná, em um serviço público, porém, já vem casado, mas por ser membro da elite política, intelectual ou econômica, filho do Barão de Itaparica, da Bahia, consegue se inserir neste restrito campo político. Sua residência fixa em Curitiba, seu trabalho como advogado, professor, líder e funcionário público lhe proporcionou continuar sendo eleitos em várias legislaturas.

E o que une Beaurepaire-Rohan, por exemplo, com o próximo político *outsider*, André Rebouças? André Rebouças foi eleito deputado provincial do Paraná, para a legislatura de 1880/81, ele que era uma das figuras mais conhecidas do Brasil, tanto por suas atividades como engenheiro, mas também como abolicionista, amigo do Imperador D. Pedro II e por ser um homem negro, num Brasil em que a escravidão era identificada pela cor da pele. Assim como

Beaureparie-Rohan, ele não tinha parentesco com os políticos paranaenses. Mas, era um membro da elite política e intelectual brasileira, o que lhe abria a porta para ser deputado.

Mas, para entender melhor esta eleição de André Rebouças, é preciso mencionar o seu irmão, engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho.

Antônio Rebouças trabalhou no Paraná como engenheiro entre julho de 1864 a abril de 1873. Iniciou como engenheiro chefe da Estrada da Graciosa, obra que ligava Antonina (litoral do Paraná), com a capital Curitiba, separadas pelo paredão da serra do mar. Antônio Rebouças trabalhou por três anos neste caminho, sendo muito elogiado por seus trabalhos, isto posto no jornal *Dezenove de Dezembro*, de Curitiba. Em 1867 foi nomeado secretário da missão especial brasileira nos Estados Unidos da Colômbia para estudar as repúblicas do Pacífico e retornando ao Paraná em 1868 e logo sendo nomeado responsável por um novo caminho, a estrada que ligava Curitiba ao Mato Grosso e ao Paraguai, isto em plena Guerra contra o Paraguai, pois não havia uma ligação por terra entre Curitiba e Mato Grosso; era a chamada Comissão Rebouças, da qual ficou dois anos à frente desta atividade.

Esta ligação de Antonina, no Paraná, até Assunção no Paraguai, já era uma pretensão desde 1865, no início da Guerra. Isto consta no diário de André Rebouças, que junto com Antônio Rebouças, pretendiam abrir uma estrada estratégica de Antonina a Assunção, devido estas duas cidades ficarem no mesmo paralelo (Rebouças, 1938, p. 63-64), mas tal pretensão não foi levada a cabo.

Em 1869, Antônio Rebouças foi candidato a deputado provincial do Paraná pelo Partido Conservador, mas obteve poucos votos, não conseguindo ser eleito, apesar do excelente trabalho que realizava e de ser amigo dos políticos locais. Em 1870 vai ao Rio de Janeiro e contrai casamento com a fluminense Mathilde Augusta de Mattos, filha do advogado e político Antônio Veríssimo de Mattos. Portanto, Antônio não se casa com uma paranaense, das famílias políticas locais. Mas, sua ligação com o Paraná continua ainda mais intensa e sempre junto com o seu irmão André Rebouças, quando organizam a Companhia Florestal Paranaense, gerindo a empresa entre 1871 a 1873, com sede em Borda do Campo. Neste período, ainda, Antônio Rebouças recebeu concessões do Governo Imperial para projetar a construção da ferrovia Antonina - Curitiba (Decreto nº 4.674, de 10/01/1871), e uma linha de navegação no rio Ivahy (Decreto nº 4.851, de 22/12/1871), junto com outros engenheiros. Seus trabalhos no Paraná estavam a todo vapor.

Sobre a ferrovia do litoral do Paraná até Curitiba, Antônio e André Rebouças defenderam o traçado idealizado por Antônio, dizendo ser melhor seu início em Antonina, mas, por motivos políticos, acabou sendo escolhido Paranaguá (Rebouças, 1938, p. 270 e p.273).

Entretanto, em 25/07/1873, Antônio sai do Paraná e vai coordenar, junto à Companhia Paulista, a direção técnica da construção da ferrovia Campinas a Limeira, em São Paulo. Mas, infelizmente, foi acometido por febre tifoide em seus trabalhos nesta ferrovia, falecendo com 34 anos, no dia 24 de maio de 1874. Sua morte afetou muito seu irmão André Rebouças. Os dois eram muito ligados entre si, como demonstram suas biografias.

Voltando à questão política, Antônio Rebouças, apesar de seu intenso trabalho no Paraná, não conseguiu ser eleito em 1869, mas seu irmão André Rebouças, na eleição de 1879, alcançou este seletor posto de deputado provincial. Como isto foi possível?

Esta não foi uma candidatura espontânea de André Rebouças para a Assembleia Legislativa do Paraná, afinal, ele residia no Rio de Janeiro. Mas, sem dúvidas, ele tinha, junto com seu irmão Antônio Rebouças, o conhecimento sobre esta província, inclusive gerindo a Companhia Florestal Paranaense e publicando artigos, como o “Caminhos de Ferro”, no jornal *Província do Paraná*, de 10/06/1876, sobre ferrovias que poderiam ser realizadas neste território, além de outros textos sobre esta província (Rebouças, 1876).

E André Rebouças foi inserido na lista de candidatos a deputado provincial do Paraná, eleição de 1879, lista organizada pelos chefes políticos liberais, Jesuíno Marcondes e seus cunhados Antônio Alves de Araújo e Manoel Alves de Araújo, como demonstra um anúncio no jornal de Curitiba (O Paranaense, 1879). Portanto, os chefes liberais direcionaram os votos dos eleitores para a chapa liberal, da qual o Dr. André Rebouças tinha sido colocado. Acredita-se que o objetivo dos Liberais paranaenses era convencer os governos paranaense e brasileiro sobre detalhes da construção da ferrovia que sairia do litoral até Curitiba, detalhes estes que seu irmão Antônio Rebouças tinha projetado no início da década de 1870. Antônio Rebouças projetou a ferrovia saindo de Antonina, cidade dos irmãos Alves de Araújo, em detrimento de Paranaguá, cidade dos chefes políticos do partido Conservador, em especial, o Senador Correia e o Visconde de Nacar. Esta foi uma luta política (como demonstra o próprio diário de André Rebouças), o ponto inicial da ferrovia, se em Antonina (dominada pelos Liberais) ou em Paranaguá (dominada pelos Conservadores). Desta vez, venceram os conservadores, em detrimento da estratégia dos liberais, de até mesmo convocar André Rebouças para o debate na Assembleia Legislativa. Mas, André Rebouças recusou o convite. Em seu diário, André

Rebouças assim escreveu sobre sua eleição: “O Jornal do Comércio, publica minha eleição a Deputado Provincial pelo Paraná, apesar de reiteradas recusas. Não tomei posse” (Rebouças, 1938, p.280).

Mas, enfim, é possível afirmar que André Rebouças, o primeiro homem negro a ser eleito ao cargo de deputado provincial na Assembleia Legislativa do Paraná, conseguiu tal posto político devido aos interesses dos chefes políticos locais, e por ser ele membro da elite política e intelectual brasileira. E o que o une a um político, também *outsider*, eleito para a mesma legislatura, de 1880 a 1881, o professor primário José Cleto da Silva?

O professor José Cleto da Silva não era membro da elite política do Império brasileiro; ele era nascido em Paranaguá, de família pobre, trabalhou na Alfândega até ingressar no magistério, como professor da 1ª cadeira de instrução primária nesta cidade. Seu primeiro casamento, com Izolina Cordeiro de Miranda, não foi com uma mulher da elite política ou econômica paranaense. Seu status social e posição econômica era, portanto, a de um professor primário. O seu diferencial, para além de sua profissão, nesta cidade portuária dominada pela família Correia Guimarães, de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar, foi de oferecer aulas noturnas para crianças, jovens e trabalhadores que não podiam estudar durante o dia e que, de certa forma, trouxe grande simpatia para a sua pessoa. Mas, o que mais o destacou foi ofereceu seus trabalhos como curador, um tipo de advogado, já que não tinha formação jurídica, representando escravizados em pedido de liberdade, tendo como referência a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de escravizados. Pessoas que tivessem chegado ao Brasil depois desta data, poderiam tentar entrar na justiça para demonstrar que sua situação de escravizado era ilegal. E em 1879, representando o escravizado Luiz, chegado ao Brasil em 1850, conseguiu sua libertação via tribunal de justiça (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Memória e Justiça. “Ação de liberdade”, Paranaguá, 1879). Certamente, este fato provocou grande agitação na cidade e na província como um todo. Além de afrontar os ainda donos de escravizados em Paranaguá, que propunham uma libertação gradual e com pagamentos por parte do Estado.

E assim como aconteceu com André Rebouças, os líderes do partido liberal no Paraná também incluíram, na lista de votação para Deputado Provincial, o nome do professor primário, possivelmente devido sua atuação de enfrentamento dos conservadores de Paranaguá.

José Cleto, então, foi eleito, junto com André Rebouças, para a legislação de 1880/81. Porém, como era um *outsider*, não mais conseguiu eleger-se como deputado. E nessa legislatura

foi presidente da Assembleia o Dr. Manoel Alves de Araújo, que também vai ser Ministro de Estado e Presidente de Províncias, nesta década de 1880.

Outro *outsider* foi o jornalista e escritor José Francisco da Rocha Pombo. Autodidata, com ideias progressistas, nascido de uma família modesta, em que o pai era professor primário em Morretes, no litoral do Paraná, logo alcançou notoriedade devido as suas ideias, como orador público e publicações jornalísticas. Porém, como visto, algum fator específico seria necessário para que uma pessoa consiga romper o restrito círculo dos políticos paranaenses. E agora foi o casamento de Rocha Pombo com Carmelita Azambuja Madureira, de uma família de proprietários fazendeiros, herdeiros de sesmarias dos séculos XVII e XVIII, em especial na região dos Campos Gerais do Paraná. Com o casamento, Rocha Pombo foi residir em Castro, cidade de sua esposa, e logo se lançou candidato a deputado provincial pelo partido conservador, perdendo a primeira eleição, por motivo de fraudes, como ele mesmo denuncia, mas se elegendo para a legislatura de 1886/87. Mesmo eleito pelo partido conservador, fez um mandato independente, que por sua vez, perdeu o apoio e não foi reeleito na última legislatura do Império. Continuou, então, sua atuação como jornalista, intensificando suas ideias progressistas, como a luta abolicionistas, passando a residir em Curitiba, até se transferir para a capital do Brasil, Rio de Janeiro, no ano de 1897 com sua família e, tornando-se um importante escritor e historiador brasileiro.

Outros *outsiders* que chegam ao Paraná e se tornam deputados, como os médicos Joaquim Dias da Rocha, José Joaquim Franco do Valle, José Cândido da Silva Muricy, Trajano Joaquim dos Reis, advogados como Justiniano de Mello e Silva, militares como José Lourenço de Vasconcellos Chaves, professores como Manoel do Nascimento Abreu, padres como Gregório José Lopes Nunes, Manoel José da Souza e Jordão Homem Pedroso, entre outros, são exemplos de homens que conseguem se eleger, mesmo não sendo membros de famílias tradicionais no Paraná, mas possuíam a característica de pertencerem a uma elite intelectual e econômica, e posteriormente, eles ou seus filhos foram casando com membros das famílias tradicionais paranaenses.

Mas, na legislatura de 1886/87, junto com Rocha Pombo, foi eleito um outro *outsider*, o único fruto da nova imigração europeia das décadas de 1870/80, o suíço/alemão Adolpho Hurlermann (ou Adolf Hurlimann), que chegou ao Brasil em 1878, com 30 anos, solteiro e de religião protestante, passando a residir em São Francisco do Sul e depois em Joinville, logo assumindo cargos como de delegado e examinador em escola pública; se percebe que chega ao

Brasil já com um determinado capital social e econômico; transfere-se para Paranaguá em 1881, sendo sócio da importante Casa Drusina & C^a, importando mercadorias europeias, via Paranaguá; a Casa Drusina pertencia a Jorge Drusina, um homem ligado a obras públicas, como empreiteiro na estrada da Graciosa, entre outras obras, desde a década de 1860, passando, depois, à importação de produtos, e chegando a ser cônsul do império Alemão em Paranaguá, além de trabalhar na imigração na década de 1880.

Portanto, Adolf Hurlemann associa-se a Jorge Drusina, em 1881, um homem experiente e ligado às elites de Paranaguá. E já, neste ano, Hurlemann foi nomeado cônsul substituto de Jorge Drusina, que teve de se ausentar para uma viagem à Europa; até que em 1883 ele mesmo foi nomeado vice-cônsul dos países baixos em Paranaguá.

O que levou Hurlemann, um homem de negócios e cônsul, a ser eleito deputado provincial para a legislatura de 1886/87? Como um *outsider*, sua eleição, pelo partido conservador, está ligada à família do Visconde de Nácar; o Visconde era um importante comerciante, importador e exportador em Paranaguá, portanto ligado aos consulados nesta cidade; outro fator para a vitória de Hurlemann foi de que nesta eleição em especial, no ano de 1885, as regras permitiam que alguns candidatos menos votados pudessem ir para um segundo escrutínio, levando Hurlemann para esta repescagem, e com a desistência de alguns candidatos, ele acabou sendo eleito deputado provincial.

Conclusão

O estudo da trajetória dos deputados *outsiders* na Província do Paraná (1854-1889) revela que, embora a política imperial fosse estruturada sob um sistema censitário e dominada por linhagens familiares restritas (como os Sá Ribas, Oliveira e Sá, Alves de Araújo, Correia e Guimarães), o sistema permitia brechas para atores "desviantes". A análise prosopográfica demonstra que o sucesso desses indivíduos não era aleatório, mas dependia da mobilização de capitais específicos para superar as barreiras do recrutamento familiar.

A análise das trajetórias desses deputados confirma a relevância da abordagem de Daniel Bertaux, demonstrando que, embora existam destinos pessoais de sucesso individual que fogem à regra, eles ainda estão profundamente condicionados pela estrutura de classe e pelo ambiente social em que tentam se inserir. No caso do Paraná Imperial, o sucesso do *outsider* era um evento isolado que não alterava a lógica macro do sistema.

E os resultados obtidos através da metodologia genealógica, defendida por Ricardo Costa de Oliveira, evidenciam que o parentesco não era apenas um detalhe biográfico, mas a estrutura fundamental de estratificação social e manutenção de poder. A pesquisa revela que a barreira final para a continuidade da carreira desses parlamentares era, precisamente, a ausência de uma base genealógica sólida; sem os laços de sangue que sustentavam as oligarquias, o capital político dos *outsiders* revelava-se efêmero, limitando-os, na maioria das vezes, a um único mandato legislativo

E pode-se concluir que o acesso desses *outsiders* ao poder ocorria, primordialmente, por três vias: 1) Integração à elite nacional: figuras como Henrique de Beaurepaire-Rohan e André Rebouças, embora "estrangeiros" à política local, pertenciam à elite intelectual e política do Império, o que lhes conferia legitimidade suficiente para ocupar cadeiras parlamentares; 2) Estratégias de aliança e matrimônio: o casamento com membros das famílias dominantes foi a principal porta de entrada para imigrantes europeus e brasileiros de origem modesta, como Rocha Pombo, permitindo que fossem cooptados pelo sistema de recrutamento vigente; 3) Interesses conjunturais das oligarquias: em casos como os de José Cleto da Silva, do próprio André Rebouças e de Adolf Hurlemann, a inclusão em listas eleitorais serviu como ferramenta estratégica de líderes partidários para enfrentar adversários ou defender pautas econômicas específicas, como a localização de ferrovias, importação e exportação.

Entretanto, o trabalho evidencia uma limitação severa na carreira desses políticos: por estarem fora do núcleo familiar que baseava o recrutamento, a maioria desses parlamentares era eleita para apenas um mandato legislativo. Sem a base de parentesco necessária para a manutenção do poder, eles eram frequentemente excluídos nos pleitos seguintes, o que reforça a tese de que a arena parlamentar paranaense, embora permitisse a circulação de elites e a atuação de novos agentes com interesses divergentes, permanecia sob o controle final das oligarquias hereditárias. E pautas independentes, como o abolicionismo, logo deixavam no ostracismo estes políticos eleitos.

Por fim, a existência de *outsiders* no Paraná Imperial demonstra que o poder não era puramente estático, mas sim uma dinâmica complexa de negociação onde o prestígio profissional e as alianças estratégicas podiam, momentaneamente, sobrepor-se ao sangue, sem, contudo, desestruturar o padrão familiar dominante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe**. Para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

CARNEIRO, David. **História do Período Provincial do Paraná. Galeria de Presidentes da Província**. Curitiba: Banestado, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HARDY, Thomas. **Tess of the D’Urbervilles**. London: Planet Three Publishing Network Ltd., 2004.

O PARANAENSE, Curityba, 26 de agosto de 1879.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A genealogia como metodologia de análise das estruturas de desigualdade e estratificação social. *In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)*. Curitiba, PR, 2011.

PICUSSA, Roberta. **Como identificar parlamentares outsiders?: uma proposta de índice para Brasil, Chile e Argentina**. Curitiba: Tese (Doutorado) Ciência Política. UFPR, 2024.

REBOUÇAS, André. Caminhos de Ferro. *In: Província do Paraná*, Curityba, de 10 de junho de 1876.

REBOUÇAS, André. **Diários e notas autobiográficas**. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inacio José Verissimo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Paraná. **Memória e Justiça**. “Ação de liberdade”, Paranaguá, 1879.

Recebido em: 16 abr. 2026.

Aceito em: 30 abr. 2026.